

Notas Explicativas

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 - A Associação Pestalozzi de Niterói é uma instituição sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social desde 1961 e é detentora de imunidade tributária de acordo com a Constituição Federal. Tem por finalidade promover a assistência social reforçando os valores da instituição familiar, promovendo a inclusão de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social e atua ainda nas áreas da educação especial, saúde e promoção humana, cultura, esporte e lazer, bem como a atenção a crianças, adolescentes e adultos que necessitem de assistência psicopedagógica, médica, odontológica e de reabilitação. Para o cumprimento de suas finalidades, a entidade mantém uma Escola de Atendimento Educacional Especializado na Área da deficiência intelectual. Tem, também, como objetivo as atividades relacionadas ao ensino e funcionamento de escolas que ministram educação infantil, ensino fundamental; médio; superior e pós-graduação, destinado a oferecer oportunidade de instrução a todos, inclusive proporcionar educação a estudantes carentes de recursos.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2018, a Entidade adotou a Lei 11.638/2007, a Lei 11.941/09 que alteraram os artigos da Lei 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC Nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº 1.305/2010, que aprovou a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 – NBCT – 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

3 – FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão anexadas a “ECD – Escrituração Contábil Digital” da Entidade e posteriormente enviado ao sistema SPED. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOPTADAS

- Caixa e Equivalentes de Caixa:** conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03) - (R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- Aplicações de liquidez imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- Ativos e passivos circulantes:** os ativos e passivos circulantes estão sendo demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.
- Investimentos:** Os investimentos estão contabilizados pelos valores originais conhecidos, atualizados, quando aplicável, até o encerramento do exercício.
- Imobilizado:** Os ativos imobilizados foram avaliados ao valor justo em exercícios anteriores. As aquisições posteriores estão contabilizadas pelo seu valor de aquisição, deduzida a depreciação. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro gasto é reconhecido como despesa quando incorrido.
- Intangível:** Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição deduzida da amortização.
- Depreciações e Amortizações:** foram calculadas e estão sendo apresentadas pelo método linear. A entidade apurou a estimativa de vida útil dos bens integrantes do ativo Imobilizado e intangível, sendo que as taxas médias de depreciação e amortização utilizadas estão demonstradas nas notas 07 e 08.
- Provisão para férias e encargos:** As férias bem como os seus encargos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.
- As receitas e as despesas:** Foram apropriadas pelo princípio de competência. As receitas e despesas são reconhecidas, respeitando todos os demais princípios contábeis.
- Apuração do resultado:** O resultado foi apurado segundo o princípio de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.
- Prazos:** os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, até o encerramento do exercício seguinte, são classificados como circulante. Os valores exigidos após o exercício seguinte foram classificados como longo prazo.

5 – CONTAS DO ATIVO

5.1 – Os recursos na conta Caixa correspondem às disponibilidades para despesas imediatas, bem como aquelas em que há necessidade de pagamentos em espécie, assim como, os recursos provenientes de prestações de contas em 31 de dezembro de 2018 ainda não depositado até o término do exercício;

5.2 – Os recursos em Bancos Conta Movimento, estão demonstrados de acordo com as conciliações, em conformidade com os registros contábeis, evidenciados pelos extratos de contas correntes bancárias;

5.3 – As Aplicações Financeiras estão acrescidas dos seus rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço;

5.6 – O saldo da Conta Bloqueios Judiciais, corresponde às ações trabalhistas que aguardam decisões transitadas em julgado;

5.7 – A conta do Ativo Não Circulante: Realizável à Longo Prazo: Depósitos Judiciais corresponde às ações trabalhistas que aguardam decisões;

5.8 – O Ativo Imobilizado se apresenta pelo custo de aquisição, a correção monetária até 1995, bem como a depreciação do imobilizado que não era calculada, tendo sido calculado apenas sobre as aquisições a partir do exercício de 2011;

6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO)

O Ativo Imobilizado se apresenta pelo custo de aquisição, a correção monetária até 1995, bem como a depreciação do imobilizado que não era calculada, tendo sido calculado apenas sobre as aquisições a partir do exercício de 2011. As aquisições e incorporações ocorridas posteriormente foram reconhecidas pelo custo de aquisição, tendo sido depreciadas, conforme demonstramos no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DOS BENS	Taxa	2017		2018		
		Residual	Aquisições	Baixas	Deprec.	Residual
Móveis e utensílios	10%	490.787,15			7.034,95	483.752,20
Máq. e equipamentos	10%	1.219.097,07	58.997,20		10.939,90	1.267.154,37
Veículos	20%	215.339,33				215.339,33
Equip. comunicação	10%	55.061,27				55.061,27
Instalações	10%	243.740,34				243.740,34
Equip. de informática	20%	256.323,32	2.599,00		1.665,32	257.257,00
Imóveis - terrenos	-	315.740,82				315.740,82
Imóveis benfeitorias	4%	4.403.497,53				4.403.497,53
Equip. inf. c/Restrição	20%	1.339.212,14				1.339.212,14
Totais		8.538.798,97	61.596,20		19.640,17	8.580.755,00

7 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (INTANGÍVEL)

Os bens componentes do Intangível foram registrados pelo custo de aquisição e estão sendo amortizados de acordo com a legislação, conforme demonstramos no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DOS BENS	Taxa	2018			
		Residual	Aquisições	Baixas	Amortização
Direito de uso de software	20%	90.103,07			
Marcas e patentes	-				
Totais	-	90.103,07			90.103,07

8- CONTAS DO PASSIVO

8.1- Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos Balanços. A segregação entre Circulante e não Circulante considera as datas de vencimento das operações.

8.2 - Provisão para contingências trabalhistas tributárias e cíveis

A Entidade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, que as provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis são suficientes para cobrir as eventuais perdas classificadas em um primeiro momento como prováveis, decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão impactos significativos na posição econômico-financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017.

8.3 – Ajuste de Exercícios Anteriores:

Foram feitos ajustes decorrentes de retificações de erros imputável a exercícios anteriores, bem como reclassificações de Receitas e Despesas.

9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Com saldo inicial de R\$ 5.385.955,43, passou a R\$ 6.000.465,45, tendo ocorrido, no decorrer do exercício, às seguintes modificações:

9.1 - Superávit ou Déficit Acumulado: Com saldo inicial de R\$ 1.513,280,63, passou para R\$ 1.385.425,63 mediante a transferência do déficit do exercício de 2018 no valor de (R\$ 127.855,00).

10 – RESULTADO DO PERÍODO

O déficit do exercício de 2017 foi R\$ 1.827.087,56 e o de 2018 R\$ 127.855,00 será absorvido pela conta patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros em seu item 15.

11 – DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados nas finalidades institucionais conforme o estatuto e demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

12 – RECEITAS E DESPESAS

As receitas e despesas da entidade foram segregadas de acordo com os serviços de assistência social desenvolvidos pela instituição.

13 - TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) item 19, a Entidade não teve a prestação de serviço de voluntariados, com exceção dos membros integrantes dos órgãos de administração, no exercício de suas funções.

14 – PROVISÃO PARA PERDAS

Para o exercício de 2018, a entidade não efetuou a provisão para perdas de créditos, conforme preconiza a resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros em seu item 14, por não haver expectativa de perda com créditos de clientes.

15 – CONVÊNIOS

15.1- A Instituição recebeu neste exercício os seguintes valores a título de Convênios:

Convênio – Saúde:

- Prefeitura Municipal de Niterói R\$ 2.328.000,00
- Fundação Municipal de Niterói R\$ 500.000,00
- Governo Federal R\$ 249.994,07
- SUS R\$ 2.539.634,35
- Loteria do Estado do RJ R\$ 7.037,84
- Fundo Nacional de Saúde R\$ 188.820,40

16 – ATENDIMENTOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS

16.1 - Durante o ano de 2018, a Associação Pestalozzi de Niterói procedeu a 99.257 atendimentos nas áreas de fisioterapia; psicologia; pedagogia; psicomotricidade; médica dentre outras, sendo que 3.051 atendimentos foram efetuados gratuitamente e 96.206 foram efetuados através do Sistema Único de Saúde - SUS, o que representa 96% de todos os atendimentos prestados no exercício. No exercício de 2017 ocorreram 122.448 atendimentos, com 119.625 efetuados pelo SUS e 2.823 gratuitamente, o que perfaz 97% do total de atendimentos realizados.

Demonstrativo de cálculo	2018		2017	
	Total	%	Total	%
PACIENTES DIA - SUS	96.206	96,93	119.265	97,69
PACIENTES DIA – GRATUITOS NÃO SUS	3.051	3,07	2.823	2,31
Total	99.257	100,00	122.448	100,00
TOTAL ATENDIMENTO SUS		96,93%		97,69%

17 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS

17.1 - Cota Patronal do INSS + SAT + Terceiros

	2018	2017
Educacional	R\$ 138.697,27	R\$ 137.338,54
Saúde	R\$ 776.377,55	R\$ 751.093,63
Assistência Social	R\$ 171.973,71	R\$ 166.094,21
TOTAL	R\$ 1.087.048,53	R\$ 1.054.526,38

18 – GRATUIDADES

18.1 - Em função de seu caráter filantrópico e de assistência à comunidade, a Associação Pestalozzi de Niterói proporciona bolsas e gratuidades na área educacional, estando demonstrados abaixo os Custos Diretos com a gratuidade na Educação Especial no ano de 2018, além de atendimento gratuito nas áreas da Assistência Social e da Saúde, oferecendo serviços nas áreas fisioterápica, psicológica, pedagógica, psicomotora, terapêutica, médica e fonoaudiologia, bem como Terapia Ocupacional. Estes atendimentos são prestados, principalmente, para a população carente das regiões de Niterói e São Gonçalo.

Educação Especial	R\$ 516.350,28
Assistência Social	R\$ 422.621,98
Saúde	R\$ 6.501.906,69

18.2 – EDUCAÇÃO:

Ensino Fundamental – CEHA

DESCRIÇÃO	Alunos 2018
Total de alunos matriculados	106
(-) Alunos com bolsas de 100%	0
(-) Outras Bolsas de 100% - Dissídio, Convenção, etc.	0
(-) Alunos com bolsas de 100% em Tempo Integral	106
(-) Inadimplentes mais de 90 dias	0
(=) Alunos pagantes	0
Proporção: 1 aluno para cada cinco (5) alunos pagantes	21
Bolsas Sociais Integrais (100%) concedidas	0
Bolsas Sociais Integrais (100%) em Tempo Integral concedidas	106
Bolsas Sociais Parciais (50%) concedidas	0

19 – APLICAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Entidade tem como atividade preponderante a Assistência Social e presta estes serviços de forma totalmente gratuita, continuada e planejada para os usuários que dela necessitar, sem qualquer discriminação de acordo com a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, IN 01, de 30 de dezembro de 2010 e Portaria MDS nº 353, de 23 de dezembro de 2011.

Os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais estão inscritos no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social da Cidade de Niterói/RJ e os atendimentos no ano de 2018, totalizaram 1.384 beneficiados.

Os valores e as aplicações em assistência social estão registrados por seu valor original e de acordo com a sua competência.

20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2018	
	Curto Prazo	Longo Prazo
Caixa Econômica Federal	566.541,60	2.218.954,60
Límite Cheque Especial	2.072,07	
CEF – Juros a Apropriar	(266.170,68)	(1.042.501,83)
	302.442,99	1.176.452,77

21 – IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Associação Pestalozzi de Niterói, de fins não econômicos, de caráter beneficente, assistencial, cultural educacional e profissionalizante. É imune a incidência de impostos por força do artigo 150, inciso VI alínea “c” e seu parágrafo 4º e artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e, para tanto: a) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; b) aplica integralmente no país os recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e, c) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

22 - DOAÇÕES

22.1 - A Entidade recebeu doações através de Campanha de Telemarketing, realizada pelas empresas WM Telemarketing e Cob. Ltda. e PL Telemarketing Ltda., em conjunto com a concessionária AMPLA, no valor de R\$ 385.610,26.

23 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A Associação Pestalozzi de Niterói registrou no ano de 2018 o valor de R\$ 614.510,02 (Seiscentos e catorze mil, quinhentos e dez reais e dois centavos), referente a ajustes, de valores que não haviam sido provisionados em anos anteriores que foram realizados dentro do exercício atual.

24 – SEGUROS CONTRATADOS

A entidade mantém seguros para os bens do imobilizado, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos envolvidos, decorrentes de suas atividades.

25 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada em conformidade com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.296/09 que aprovou a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a resolução 1.152/09 que aprovou a NBC T 19.18. A entidade elaborou essa demonstração através do método indireto.

26 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Em cumprimento a Resolução CFC Nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda, em atendimento as legislações supracitadas, a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu não ser necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC Nº 1.151/09 que aprova NBC TG 12.

27 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução CFC Nº 1.292/10 que aprova (NBC TG 01) – (R4) e Resolução 1.409/12 que aprova a ITG 2002 (R1), a entidade testou a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2018 com a finalidade de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da análise, constatou-se que esses ativos se encontram registrados contabilmente por um valor inferior aquele possível de ser recuperado por uso ou por venda, não demonstrando assim, distorções em seu patrimônio.

Niterói, 31 de dezembro de 2018

José Raymundo Martins Romeo
Diretor Presidente
CPF.MF 040.542.027-72

SCAC Assessoria Empresarial S/S Ltda
Empresa Contábil - CRC-RJ 004.344/O-9
Sosthenys Camara
CPF.MF 514.036.817-15
CRC-RJ: 048.068/O-0